

## EDITORIAL

# Um ano de Conquistas

A atual diretoria da Apufsc-Sindical completa um ano de gestão. Neste período tivemos avanços significativos, tanto na área sindical como na associativa. A maior vitória, sem sombra de dúvidas, foi a conquista da Carta Sindical, emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego no último mês de agosto. Mas temos um grande desafio para o presente e o futuro do Sindicato, ou seja, o aumento da participação dos professores nas atividades político-sindicais.

A garantia da Carta Sindical, processo que iniciou na gestão do professor Armando Lisboa, fortaleceu a Apufsc na luta pela construção de um sindicato independente e autônomo. Com isso, a Apufsc assegura o desenvolvimento de suas atividades em prol da valorização de seus associados, além de promover as articulações para a construção da Federação Nacional com o objetivo de assegurar a autonomia regional e a representatividade nacional da categoria. O primeiro passo para a construção da Federação já foi dado, quando, juntamente com outros três sindicatos de docentes, elaboramos a Carta de Brasília. O Sindicato também desenvolveu uma agenda de discussão definindo a proposta de carreira e de progressão funcional dos pro-

fessores das universidades federais em Santa Catarina. O documento elaborado pelo GT de Carreira sobre as propostas de reformulação da carreira foi protocolado nos Ministérios do Trabalho e Emprego, da Educação, do Planejamento e na Casa Civil.

Outra atividade importante desenvolvida foi a realização de uma pesquisa para saber a opinião dos professores sobre o processo eleitoral da UFSC. Ainda na área sindical, a Apufsc não mediu esforços na recuperação da URP. A ação ainda tramita na Justiça, mas as possibilidades da conquista constituem a grande expectativa dos professores.

Mas também tivemos alguns insucessos na área sindical. A baixa participação dos associados nas atividades desenvolvidas pelo Sindicato é uma situação que nos preocupa. Este ano convocamos duas Assembléias Gerais para discutir pontos fundamentais para a categoria. Em ambas não conseguimos quórum necessário para qualquer deliberação. Algumas reuniões do Conselho de Representantes (CR) também foram frustradas pela falta de participação dos integrantes, além do espectro restrito de departamento no CR, já que nem todos estão representados no Conselho.

No associativismo também tivemos sucessos e alguns problemas. A consolidação das sedes, com renovação de pessoal e com novos equipamentos, deu outra dinâmica ao sindicato. Hoje, podemos realizar reuniões que são transmitidas online para que todos os associados possam acompanhar as decisões do Sindicato. Realizamos, com sucesso, o seminário que discutiu o Plano Nacional de Educação. Nossa última conquista foi a assinatura de convênio com o Lagoa Iate Clube, que vai possibilitar a convivência esportiva, cultural e social dos nossos associados. Nessa área, nossos insucessos foram com a realização do Concerto da Indignação, que teve uma baixa participação dos professores, e com o Prêmio Dia do Professor, com apenas um projeto inscrito. Sabemos que nossos colegas professores encontram-se pressionados pelo atendimento às inúmeras atividades relacionados a profissão e que acabam, muitas vezes, tornando-se incompatíveis com as demandas para o exercício sindical. Mas também sabemos que só o esforço conjunto, comprometido e participativo, será capaz de nos garantir a inserção social e política que nosso papel de educadores e pesquisadores requer para a construção desse país.

## Reunião do CR debate processo eleitoral da UFSC

O processo eleitoral da UFSC dominou as discussões na reunião do CR que aconteceu dia 6, na sede da Apufsc. Com a presença de 17 integrantes, o CR debateu a publicação de duas resoluções pela Comissão Eleitoral de Entidades da UFSC que regulamentam a consulta à comunidade universitária. Como a Apufsc não concordou com a publicação das resoluções, pois esperava um debate mais amplo sobre o assunto e que a consulta realizada entre seus associados fosse incluída no processo, os membros do CR discutiram a saída ou não do Sindicato da Comissão Eleitoral, que é presidida pelo professor Márcio Campos.

Antes dos debates, o presidente da Apufsc, Carlos Mussi, deixou clara a insatisfação da publicação das resoluções sem a manifestação expressa do CR sobre o envolvimento do Sindicato no processo eleitoral. Entre vários pontos polêmicos, as resoluções apontam que

os votos válidos na consulta serão ponderados na proporção de 1/3 para os docentes, 1/3 servidores técnico-administrativos e 1/3 para os alunos, além da omissão do voto dos aposentados e dos alunos do ensino a distância. Depois do debate, com posicionamentos contra e a favor da saída da Apufsc da Comissão, o assunto foi a votação. Por 11 votos a seis, ficou decidido que o Sindicato continue fazendo parte do processo. Também foi a votação a continuidade da Apufsc na presidência da Comissão. Foram nove votos pela permanência, quatro pela saída e quatro abstenções. Paralelo ao resultado, foi decidido que a Apufsc apresentará à Reitoria e ao CUn os resultados de votação dos segmentos, ponderando os votos dos professores seguindo a legislação vigente, ou seja, com representatividade de 70%.

Durante a reunião foi apresentado o parecer elaborado pela assessoria jurídica

do Sindicato sobre a situação funcional do vice-reitor Carlos Alberto Justo da Silva, o Paraná. O advogado Prudente Silveira Melo concluiu que, com o resultado das discussões e ponderações apresentadas pelo CR, se faz necessário o complemento do parecer apresentado e serão elucidados, juridicamente, outros aspectos resultantes dos debates. O CR recomendou, ainda, que a Apufsc encaminhe solicitação à Reitoria visando esclarecimentos relativos ao processo de concessão de DE ao professor Paraná, bem como o histórico de situação de ocupação de cargos a partir da posse como vice-reitor da UFSC, se exercia cargos ou funções paralelas no período.

Por outro lado, o CR recomendou que os pareceres dos procuradores Nilto Parma e Walter Backes fossem encaminhado à Advocacia Geral da União (AGU) para que seja esclarecida a dubiedade dos respectivos pareceres.

## OPINIÃO

## Crítica à Razão Acadêmica e a Função de uma Reitoria

Waldir José Rampinelli\*

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) completou, em 2010, 50 anos de existência. Muita festa, muita medalha, muito coquetel e a publicação de um livro oficial marcaram o evento ao longo dos dois semestres. Lógico que é bom comemorar. No entanto, uma instituição pública tem por obrigação avaliar a sua história dentro de uma perspectiva crítica para poder avançar mais e melhor servir a sua população.

A UFSC poderia, neste seu aniversário, analisar a sua democracia interna e reestruturar os seus colegiados criando uma paridade maior entre docentes, estudantes e técnico-administrativos; debater os rumos da pós-graduação quer na produção da ciência e do conhecimento e sua consequência social quer na ingerência externa da Capes e CNPq que mais se preocupam com prazos rígidos que com qualidade reconhecida; estabelecer metas claras e objetivas para as suas fundações de apoio para que elas cooperem com todas as áreas da universidade e não apenas com aquelas que lhe são afins; discutir a função dos movimentos estudantil, docente e dos técnico-administrativos e seu trabalho no aprimoramento da universidade pública, gratuita e de qualidade; enfim, jamais permitir o sacrifício da liberdade dentro de uma instituição que deve ser crítica, acadêmica, política e intelectual.

A função do Reitor – o cargo maior – deveria ser repensada em profundidade. Na verdade, o Reitor precisaria se dar conta de que a universidade faz parte da realidade de um país de Terceiro Mundo ou de capitalismo periférico e, portanto, necessitaria conhecer muito bem a política internacional e a inserção da sua região no conjunto das nações para estabelecer diretrizes básicas no ensino, propor objetivos estratégicos na pesquisa e encaminhar soluções na extensão.

Em segundo lugar, o reitor deveria saber das carências de sua região e estar inteiramente voltado para o seu desenvolvimento, tendo a clara visão de que os recursos públicos devem reverter em favor de suas populações que sustentam, com seus impostos, a própria universidade. José Narro Robles, reitor da Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM), afirmou categoricamente que para a universidade pública “já não é suficiente gerar e transmitir conhecimento para cumprir com sua função com responsabilidade social. É necessário assumir um papel mais ativo na proposição e execução de soluções”. E foi mais longe ao

dizer que “sem ciência e educação simplesmente não existe desenvolvimento; sem arte e cultura perde-se o sentido humano”. Por fim, questionou o modelo econômico que prevalece na América Latina, cuja principal meta é a de “acumular bens”. Ao fazer isso “sem limites e sem decoro, sem freios no método e sem medir as consequências para obtê-lo, [o modelo] condenou-se ao fracasso mais estrepitoso, causando simultaneamente numerosas crises”.

Em terceiro lugar, o reitor deveria ser um grande conhecedor da realidade universitária, preferencialmente um professor ou professora que se exponha diariamente a seus alunos realizando o debate teórico-científico; que realize pesquisa e entenda que ela não é neutra, mas tem objetivos políticos; que faça extensão e participe da construção de uma nova relação social na sociedade; que publique suas conclusões para serem discutidas e avaliadas pela comunidade; enfim, um reitor ou uma reitora com vivência e experiência no cotidiano acadêmico-técnico-científico-intelectual e que defenda a universidade como um instrumento de emancipação das classes subalternas. Neste último item reside a grande função de um reitor e, por certo, a mais difícil de ser realizada.

Um reitor não pode assistir pacificamente à luta dos estudantes pelo passe livre no transporte urbano, como se isso fosse um problema que não lhe toca; tampouco cruzar os braços quando as forças policiais espancam violentamente os jovens que reivindicam o direito de se locomover gratuitamente para estudar, como se isso fosse um privilégio; menos ainda fazer ouvido de mercador, quando a sociedade reclama melhorias no seu bem-estar social, como se a universidade não tivesse nada a oferecer a estes movimentos; e não pode jamais deixar de levantar sua voz, fundamentada na ética e na autoridade científica, para se contrapor à destruição do tecido social humano promovida pelo capitalismo neoliberal.

O livro *Crítica à Razão Acadêmica – Reflexão sobre a Universidade Contemporânea* levanta e debate estes temas. O lançamento acontecerá no dia 20 de outubro, às 19:00 horas, no Hall da Biblioteca Universitária (BU).

\* Professor do Departamento de História

Professor, envie seu artigo para imprensa@apufsc.com.br - os textos devem conter no máximo 5 mil caracteres



Publicação quinzenal do Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Santa Catarina (Apufsc-Sindical)

## ENTRE EM CONTATO

Endereço Sede da Apufsc, Campus Universitário, CEP 88040-900, Florianópolis/ SC  
Fone/fax (048) 3234-2844  
Home page www.apufsc.ufsc.br  
E-mail imprensa@apufsc.ufsc.br

## DIRETORIA GESTÃO 2010/2012

Presidente  
Carlos Wolowski Mussi

Vice-Presidente  
Rogério Portanova

Secretário Geral  
Milton Muniz

1ª Secretária  
Sandra Regina Paulon Avancini

Diretor Financeiro  
João Randolfo Pontes

Diretor Financeiro Adjunto  
Gerson Renzetti Ouriques

Diretor de Divulgação e Imprensa

Dir. de Promoções Sociais, Culturais e Científicas  
Mauro Eduardo Pommer

Diretor de Assuntos de Aposentadoria  
Marcio Campos

## PRODUÇÃO

Jornalista Responsável  
Clodoaldo Volpato (SC - 2028 JP)

Editoração eletrônica  
Gabriela Santos Bazzo

Impressão Gráfica Rio Sul

Tiragem 3.500 exemplares

Distribuição gratuita e dirigida

O conteúdo dos artigos assinados é de responsabilidade dos autores e não corresponde necessariamente à opinião da diretoria da Apufsc

## OPINIÃO

## Último Conselho

Fábio Lopes da Silva\*

Em 21 de setembro, o CUn foi convocado a reunir-se seis dias depois. A pauta não fazia menção à polêmica em torno da situação funcional do vice-reitor. A reitoria mostrava-se satisfeita com um parecer emitido pelo Dr. Walter Backes, Procurador-Chefe Substituto da UFSC, que isentava o Prof. Paraná de qualquer irregularidade. O problema é que o documento, a propósito de inocular o vice-reitor, apontava a ilegalidade do Estatuto da UFSC. Salvo engano, o referido parecer punha a comunidade acadêmica diante de um impasse: ou bem aceitava a irregularidade da condição do Prof. Paraná, ou bem admitia que a UFSC inteira – na medida em que a existência da instituição depende de seu Estatuto – estava na ilegalidade.

Diante disso, remeti mensagem ao reitor solicitando que apreciássemos a proposta de realização de reunião especial para discutir o Estatuto da UFSC à luz do parecer do Dr. Backes.

Em 26/09, véspera da sessão do CUn, o Dr. Nilto Parma, Procurador-Chefe da UFSC, fez publicar uma nota cujos parágrafos de abertura afirmavam que “não há erro algum no parecer emitido pelo Procurador-Chefe Substituto”. Tudo estaria bem se o restante do texto do Dr. Parma não fosse uma clara afronta ao parecer do Dr. Backes. Senão, vejamos:

A essência do parecer do Dr. Backes é a seguinte: 1. O Estatuto da UFSC diz que o vice-reitor deve enquadrar-se no regime de DE; 2. O Estatuto conflita com a lei, que não faz tal exigência; 3. Logo, muda-se o Estatuto.

Já o Dr. Parma afirma que: 1. O Estatuto não diz que o vice-reitor deve enquadrar-se no regime de DE; 2. O Estatuto, por isso, não conflita com a lei maior; 3. Logo, preserve-se o Estatuto.

No dia seguinte à publicação da nota, o reitor, a julgar pelo seu comportamento durante a reunião do CUn, não estava nem um pouco preocupado com a colossal contradição entre o parecer do Dr. Backes e o pronunciamento do Dr. Parma.

O que passo a relatar – o transcorrido na sessão do CUn – deveria ser ocioso, uma vez que as reuniões são gravadas e, de resto, transmitidas pela internet. Ocorre que, por uma dessas encantadoras obras do acaso, problemas técnicos impediram que a primeira hora da sessão de 27/09 – justamente quando o caso Paraná foi discutido – pudesse ser registrada.

Na abertura dos trabalhos, o reitor mencionou meu pedido de inclusão de pauta, mas argumentou que a medida era desnecessária, visto que o tema já estava esclarecido. Ato contínuo, de surpresa, anunciou a presença do Dr. Parma, por ele convidado. De

acordo com o reitor, o Procurador, caso o Conselho o desejasse, poderia pronunciar-se sobre o caso.

A essa altura, o Conselheiro Carlos Alberto Marques lembrou ao reitor que o Regimento do CUn obrigava-o a submeter minha proposta à votação. Premido a fazê-lo, o reitor cedeu. Resultado: 19 votos a favor, 21 contrários. Passados uns dois minutos, o Conselheiro Sérgio, do DCE, levantou uma questão de ordem: havia mais Conselheiros na sala do que a soma dos votos indicava (ele verificara isso contando as assinaturas na lista de presença; daí ter demorado a fazer a interpelação). Ora, como não existe a figura da abstenção, dois Conselheiros haviam deixado de votar, o que viola o Regimento da Casa. Cobia, pois, uma nova votação. A maioria dos Conselheiros, contudo, achou que o procedimento não era adequado. Detalhe: declarou o Prof. Prata que, se os que não se manifestaram votassem na minha proposta, teríamos um empate; nesse caso, continuou o reitor, ele, como detentor do voto de Minerva, indeferiria o pedido.

A palavra foi, então, dada ao Dr. Parma, que repetiu os termos de sua nota. Dois questionamentos foram-lhe feitos. O primeiro, formulado pelo Prof. Marques, veio mais ou menos assim: “O Sr. Procurador afirma que o Prof. Paraná, ao ser cedido pelo Inamps em 2007, regularizou a sua situação, uma vez que, daí em diante, podia dedicar-se exclusivamente à vice-reitoria. Isso significa que, antes disso, ele ocupou os cargos de diretor do HU e do CCS irregularmente?”. Resposta: “Eu não disse que ele havia regularizado sua situação, até porque não considero que ele estivesse irregular. E só me reportei à cedência ocorrida em 2007 porque era isso que estava sendo argüido. Nas outras ocasiões, quando o Prof. Paraná ocupou os outros cargos, ele também estava regular.”

A outra dúvida lançada foi minha: “O Sr. afirma que não há problema no Parecer do Dr. Backes. Mas as conclusões que o Sr. tira são opostas às dele. Ele diz que há contradição entre a lei maior e a menor. Ato contínuo, recomenda a mudança no Estatuto. Já o Sr. fala em complementaridade entre as regras e diz que não cabe mudança no Estatuto. Estou com dificuldade de compreender como duas posições contraditórias podem ser compatíveis.” Em sua resposta, o Dr. Parma afirmou que as ciências jurídicas não são exatas e que o parecer do Dr. Backes era abrangente. Embora sem erros, precisava de esclarecimentos.

No more questions, Your Honor.

\*Representante do CCE no CUn

## Oficina para discutir carreira dos docentes será em outubro

A primeira oficina para discutir a reestruturação da carreira dos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) vai acontecer no dia 13 de outubro, no auditório da Escola Nacional de Administração Pública (Enap), em Brasília. O evento, que começará às 9h, será aberto e transmitido em tempo real pela internet. Cada entidade sindical envolvida no processo de negociação poderá

levar até 50 convidados.

Esta primeira oficina será para a apresentação das propostas. No dia 27 de outubro acontece a reunião do GT para identificar convergências e elaborar alternativas e, no dia 24 de novembro a segunda oficina para discutir os pontos divergentes. A reunião do GT, no dia primeiro de dezembro, vai trabalhar a síntese das divergências com o

intuito de afunilar proposições. A reunião da mesa de negociação e posterior elaboração final do relatório deverá acontecer no dia 8 de dezembro.

A Apufsc estará presente na oficina e irá apresentar o estudo realizado pelo GT de Carreira, que já foi protocolado nos Ministérios do Trabalho e Emprego, Educação, Planejamento e na Casa Civil.



## Sindicato firma convênio com o LIC

A Apufsc-Sindical e o Lagoa Iate Clube (LIC) firmaram convênio visando privilegiar e fomentar o ingresso dos filiados do Sindicato no quadro social do Clube na condição de Associados Patrimoniais. Os objetivos do convênio são os de atender interesses recíprocos de incrementar o quadro social do LIC, reunir e usufruir, em local específico, do convívio social, desportivo e de lazer os filiados da Apufsc.



Filiados à Apufsc-Sindical poderão associar-se ao LIC com privilégios

O LIC irá oferecer condições privilegiadas de aquisição de Título Patrimonial, através de pacote promocional, para que os professores possam adquirir, mediante contrato, em 24 parcelas mensais de R\$ 215,00 fixas, sem que, no período de aquisição, necessitem pagar a Taxa de Manutenção mensal imposta a todos os associados do Clube. Já a Apufsc poderá conceder, a título de fomento à aquisição do Título Patrimonial do LIC subsídio direto ao professor associado, de acordo com os critérios a serem fixados pela diretoria do Sindicato. De acordo com o contrato, as parcelas serão fixas e não sofrerão qualquer alteração no período de aquisição do Título Patrimonial. Somente após o término do pagamento de todas as parcelas o professor terá direito

à emissão do Título em seu nome e passará a condição de pleno gozo das prerrogativas dos associados efetivos do clube. O direito a emissão do Título é intransferível, exceto entre cônjuges e pai e filho.

Durante o período de aquisição do Título e, desde que os pagamentos estejam em dia, os professores e seus dependentes terão acesso e utilização das instalações e equipamentos do LIC, dentro das mesmas regras e condições dos sócios efetivos.

A estrutura do LIC oferece academia, área de lazer, boate, centro de convivência, ginásio de esporte, piscina, restaurante, sauna, entre outros equipamentos. O clube também desenvolve atividades esportivas, como basquete, boxe, futebol de campo e de salão, vela, remo e windsurf. Há ainda a parte cultural, com escola de teatro, coral e dança de salão.

## Continuam as eleições para o Conselho de Representantes. Aposentados já escolheram seus candidatos

As eleições para a escolha dos membros do Conselho de Representantes (CR) da Apufsc-Sindical já estão ocorrendo nos departamentos, Colégio de Aplicação e nos câmpus de Araranguá, Joinville e Curitiba. O pleito começou no dia 26 de setembro e termina no dia 28 de outubro, em horário adequado a cada situação e que foi definido pelos associados de cada local. Os departamentos, o CA e os câmpus do interior do Estado deverão eleger um representante titular e um suplente.

Também estão abertas as inscrições para as chapas do Conselho Fiscal e para a escolha do novo Diretor de Divulgação e Imprensa. O registro das candidaturas vai até o dia 28 de outubro e as eleições acontecem no dia 8 de

novembro. Poderão candidatar-se, tanto para o CF, quanto para Diretoria de Divulgação e Imprensa, os sócios que estiverem em pleno gozo de seus direitos, tiverem se associado à Apufsc-Sindical no mínimo 30 dias antes das eleições e estejam desvinculados de cargos administrativos em Universidades Federais.

Os professores aposentados já escolheram seus representantes. A eleição aconteceu entre os dias 26 de 30 de setembro. Participaram do pleito 74 associados e foram eleitos os professores Ronaldo Salum e Antônio Pedro Schindweins. O Departamento de Física também já elegeu seu representante. O professor Fernando Milman foi eleito titular e o professor Renaldo Haas suplente.

## Jantar Dançante em comemoração ao Dia do Professor é adiado

Devido à baixa procura por convites, o jantar dançante em comemoração ao Dia do Professor, que seria realizado no dia 14 de outubro, no restaurante panorâmico do LIC, foi adiado. Uma nova data será agenda posteriormente. Com isso, o resultado do Premio Apufsc Dia do Professor, que estava programado para ser divulgado durante a festa, também foi transferido. A Comissão formada para avaliar os projetos concorrentes irá definir a data da divulgação do grupo vencedor. Os prêmios, distribuídos por ordem de classificação dos projetos concorrentes, serão de R\$ 10.000,00 e R\$ 5.000,00, e poderão ser utilizados na compra de equipamentos, insumos ou serviços ligados ao ensino, à pesquisa ou à extensão universitária

## Governo pede urgência na votação de previdência do servidor

O governo federal encaminhou, no dia 3 de outubro, ao Congresso Nacional mensagem com pedido de urgência constitucional para o Projeto de Lei 1992/07, que institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais. Com o pedido, o projeto trancará a pauta do Plenário se não for votado em até 45 dias (a partir de 18 de novembro).

O projeto tramitava em caráter conclusivo, mas passou a ser sujeito a votação em Plenário devido ao regime de urgência. A proposta já foi aprovada pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e ainda precisa ser analisada pelas comissões de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

**Professor, filie-se à Apufsc-Sindical!!!**